



**A historiografia das Revoluções Russas de 1917 cem anos depois:  
debates e controvérsias<sup>1 2</sup>**

Nicolas Werth<sup>3</sup>

O Historiador britânico Edward Acton, por ocasião do 80° aniversário da Revolução Russa, em 1997, escreveu na Introdução da obra '*Critical Companion to the Russian Revolution*<sup>4</sup>':

A Revolução Russa ocupa o centro estratégico da história contemporânea. As consequências dessa Revolução foram imensas ao longo da história do século XX. O novo Estado que emergiu dessa Revolução desafiou imediatamente o mundo ocidental dominado pelo sistema capitalista. Transformou prontamente a ordem internacional<sup>5</sup>.

Isto foi escrito há vinte anos, num período em que o mundo inteiro ainda estava sob o choque do colapso e implosão da União Soviética e, mais amplamente,

---

<sup>1</sup> Conferência apresentada no *Seminário Internacional AS REVOLUÇÕES RUSSAS DE 1917* realizado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 6 e 7 de novembro de 2018 e produzido pela FESPSP, pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Sua organização coube aos professores Aldo Fornazieri (FESPSP), Carla Regina Diéguez (FESPSP), Cicero Araújo (USP) e Ruy Fausto (USP). Participaram dele também os professores Roseli Coelho (FESPSP) e Fernando Haddad (INSPER), além dos estrangeiros Tsuyoshi Hasegawa (Un. da Califórnia, autor de *A Revolução de Fevereiro: Petrogrado, 1917*), David Priestland (Un. de Oxford, autor de *A Bandeira Vermelha*) (Nota do Editor).

<sup>2</sup> Tradução por Marcio José Silva <msilva.mackenzie@gmail.com>, Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Revisão por Jorge Nóvoa.

<sup>3</sup> Professor na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Fez a sua palestra em video-transmissão. Werth é especialista na história soviética, diretor do Institut d'Histoire du Temps Présent e autor, dentre muitos de *A História da União Soviética de Lênin a Stalin*. Escreveu uma parte de o *Livro Negro do Comunismo* dedicada à Rússia Soviética e à URSS, mas se distanciou publicamente da ideia contida no prefácio de Stéphane Courtois de que o comunismo é essencialmente criminogênico. Ele também denunciou números estatísticos falsos contidos neste livro e "uma deriva da história exclusivamente policial". Originalmente sua conferência se intitulava "Debates e controvérsias sobre as Revoluções Russas de 1917: cem anos depois...". Os títulos de sua obra poderão ser conhecidos na página da Wikipédia a ele dedicada: [https://fr.wikipedia.org/wiki/Nicolas\\_Werth](https://fr.wikipedia.org/wiki/Nicolas_Werth). Agradecemos ao Professor Ruy Fausto, a gentileza de solicitar a Nicolas Werth a permissão para que publicássemos o texto de sua conferência.

<sup>4</sup> Obras não disponíveis em língua portuguesa são mencionadas com seu título original.

<sup>5</sup> Opta-se pela Tradução Assistida por Computador (CAT), quando o tradutor usa um *software*. Não se citam obras em língua portuguesa por não estar disponível ou apresentar diferenciação linguística que comprometeria a tradução.



do comunismo como sistema, sistema sob o qual viveu, deve ser lembrado, metade dos europeus.

Não estou seguro que 20 anos depois, em 2017, ainda se possa escrever que “a revolução russa ocupa o centro estratégico da história contemporânea”. O mundo bipolarizado da Guerra Fria deu lugar a um mundo multipolar e à agudização política da Revolução Russa de 1917, ainda efetiva há vinte anos (o sucesso global ‘*Livro Negro do Comunismo*’, obra na qual participei amplamente) perdeu largamente seu brilho (exceto, talvez, na América Latina, onde, última parte do mundo onde os debates sobre o comunismo, ou, sobretudo, o anti-capitalismo mantêm certa atualidade).

Como evidência, houve um número relativamente pequeno de simpósios científicos no mundo, ou comemorações públicas, rememorando a Revolução Russa de 1917. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a Rússia, onde o centenário da Revolução não foi celebrado, nem no cenário político, tampouco no meio acadêmico. A Revolução de 1917 é um episódio histórico que perturba profundamente a Rússia de Vladimir Putin. É, segundo a análise oficial, foi um momento “trágico” da história russa, tempo de enfraquecimento e desestabilização do Estado russo (personificado na tricentenária dinastia Romanov, adornada atualmente com todas as virtudes; recordo-me que o Czar Nicolau II foi canonizado há alguns anos como “Santo Mártir” pela Igreja Ortodoxa Russa). O ano de 1917 é também um momento de “ruptura” e “desordem” da nação, da sociedade e do povo russo, que caminha rumo a uma terrível guerra civil, novo “tempo de turbulências” como a Rússia experimentou alguns durante a sua história secular; em meados do século 13, quando a Rússia de Kiev foi aniquilada por invasões mongóis no início do século 17, seguida de uma grave crise dinástica, com sua derrocada ante o reino da Polônia em plena expansão. Significativamente, a grande data nacional de 7 de novembro, A mais importante celebração soviética, celebrando a Grande Revolução Socialista de Outubro, foi abolida e substituída em menor importância (em menor escala) pela celebração da Unidade Nacional festejada em 4 de novembro. Comemora-se o 4 de novembro de 1612, data da libertação de Moscou dos poloneses em 1612. O sentido desta nova comemoração é, evidentemente, a exaltação da Grande Rússia ao longo dos séculos, a estabilidade do Estado russo “unido” com seu povo na defesa da Pátria. Atualmente, o 9 de maio, que celebra a Vitória na Grande Guerra Patriótica<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> No mundo, em geral, este evento é denominado como Dia da Vitória Soviética. Na Rússia e em países da ex-União Soviética, a data foi batizada como o dia da vitória da Grande Guerra Patriótica (N.T.).



na II Guerra Mundial, ofuscou 1917, 7 de novembro (25 de outubro no calendário Juliano<sup>1</sup>), data do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Que extraordinária inversão na História! Eis uma Revolução, aquela de Outubro de 1917, não a de Fevereiro, denominada “Grande Revolução Socialista de Outubro” exaltada durante, aproximadamente, 60 anos, desde o fim dos anos 1920 até fins de 1980, na categoria de “evento mais importante da História da Humanidade”, um evento “abrindo uma nova era da história humana, do socialismo e da liberdade”, não só (quase) esquecida, mas, repentinamente, requalificada no país em que ocorreu, exposta e desnudada, como uma ‘tragédia’, pior ainda, como ‘traição’! Em seu discurso ao Conselho da Federação, em junho de 2012, Vladimir Putin, disse abruptamente: “Os bolcheviques conspiraram em Outubro de 1917 para um ato de traição nacional [...]. Causaram derrota à Rússia, a vitória que seu povo já tinha em mãos na Grande Guerra (...). Furtaram do povo russo a vitória que mereciam”.

É verdade, acrescentou Putin, “que eles expiaram sua culpa diante do país durante a Grande Guerra Patriótica<sup>2</sup>, graças à perspicácia de seu líder, Stalin!”. De fato, trata-se de uma reversão histórica extraordinária. Stalin redimiu o erro de Lenin!

Cabe aqui uma reflexão. A minha proposta atual não é lidar somente com os usos políticos e memoriais de 1917 na Rússia hodierna, assunto excitante por si mesmo, desejo abordar outro tema: analisar a riquíssima - e altamente conflitante - historiografia desencadeada pela, ou melhor, PELAS Revoluções Russas de 1917. Outubro obscureceu grandemente Fevereiro. François Furet, grande historiador da Revolução Francesa, em brilhante livro publicado em 1996, *O Passado de uma Ilusão*<sup>3</sup>, enfatizou e explicou o que ele chamou de “o encanto universal de Outubro”.

---

<sup>1</sup> O mundo ocidental, em geral, segue o calendário Gregoriano, criado em fins do século XVI pelo papa Gregório XIII após estudos científicos para ajustar diferenças de dias entre o Calendário Juliano, criado por Júlio César no século I a.C. (ou AEC) e o ano solar. Suprimiram-se dias do calendário Juliano, regularam-se os anos bissextos e calculou-se a duração do ano solar em 365 dias e algumas horas. O calendário Juliano é contado em 365 dias completos, acrescentando-se um dia a cada quatro anos, sendo os meses intercalados com 30 ou 31 dias, exceto fevereiro que tem 28 dias ou 29 em anos bissextos. A Igreja Ortodoxa Russa não aderiu ao novo calendário, sendo que a Rússia utiliza até hoje o calendário Juliano (TARSIA, Rodrigo Dias. O calendário gregoriano. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, vol. 17, nº 1, 1995. Disponível em: <<http://www.sbfisica.org.br/rbef/pdf/vol17a06.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2018) (N.T.).

<sup>2</sup> Nicolas Werth usa as expressões comuns na Europa: Grande Guerra para se referir à Primeira Guerra Mundial e Grande Guerra Patriótica, cunhada pelos soviéticos em referência à Segunda Guerra Mundial (N.T.).

<sup>3</sup> Disponível em edição de Portugal pela Editora Presença (N.T.).



O fascínio exercido por Outubro na Europa (fora da Rússia) e posteriormente no mundo deveu-se a duas coisas:

Outubro soube 'resgatar ideais de mais de século antes, a mais forte representação política da democracia moderna, a ideia revolucionária'. A Revolução de Outubro de 1917 inscreve-se como filha Revolução Francesa como algo da mesma ordem, necessariamente positivo, abrindo uma nova era na História da Humanidade. Assim, adquiriu imediatamente o *status* de um evento universal, e, ao final da pior guerra que a Europa conheceu [referindo-se à Primeira Guerra Mundial], uma guerra que levou a ideia de Revolução ao coração da política europeia.

'O que também dá à Revolução Russa de 1917 um caráter universal, acrescenta Furet, é seu grito contra a guerra'. Se Outubro ofuscou Fevereiro foi porque Outubro, e não Fevereiro, pôs fim à guerra para a Rússia. Confiscando o mito revolucionário e retirando (a que preço!) a Rússia da guerra, os bolcheviques adquiriram um imenso capital de simpatia entre "homens de boa vontade". A Revolução de Outubro de 1917 preencheu uma expectativa inseparável da cultura política europeia desde a Revolução Francesa: o advento de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais soberana e mais pacífica. Somente no final do século XX que a ilusão se dissipa, o mito desaparece e as eternas aspirações do homem por justiça, direitos e liberdade reencontraram os caminhos traçados pelo Século das Luzes.

Passaram 100 anos desde 1917. Abordo, enfim, após esta longa introdução, meu tema: a historiografia das Revoluções Russas (Revoluções no plural), os grandes debates e as grandes controvérsias em torno deste acontecimento.

Três grandes correntes interpretativas confrontam-se acerca da Revolução Russa de 1917. Uma quarta corrente está emergindo nos últimos anos.

Segundo a historiografia soviética, a Grande Revolução Socialista de Outubro foi "o maior evento da história da Humanidade", a solução, programada de acordo com as "leis da história" descobertas por Marx e implantadas por Lenin, da luta de classes. As contradições insolucionáveis do capitalismo na Rússia, agravadas pela exploração semi-feudal do campesinato, resultaram em três grandes crises revolucionárias: 1905-1906, Fevereiro de 1917 e Outubro 1917. A guerra imperialista mundial, iniciada em agosto de 1914, acelerou o processo revolucionário e precipitou a crise final do capitalismo na Rússia. Guiados por um partido 'diferenciado', o Partido Bolchevique liderado por Lenin, o proletariado russo, apoiado pelo campesinato pobre, estabeleceu a 'hegemonia' sobre o movimento popular que derrubou o czarismo em fevereiro de 1917. Os esforços do Governo Provisório para consolidar o poder da burguesia entre março e outubro 1917 não



resistiu à pressão do proletariado que desencaminhou a pequena burguesia e os camponeses médios dos partidos pequeno-burgueses (mencheviques e socialistas-revolucionários) e tomou o poder sob a forma de algo inédito na História, uma “ditadura do proletariado”.

A historiografia liberal, por outro lado, procurou mostrar que, longe de ser o resultado de qualquer “luta de classes”, a Revolução de 1917 foi um “acidente” desastroso e dramático da História que desviou a Rússia de sua marcha decisiva, iniciada no início do século XX, especialmente após a Revolução de 1905-1906, rumo ao progresso e convergência com as democracias ocidentais. Afirmando a primazia da política sobre o social (“a causa da queda do czarismo vem de cima, não debaixo”, escreveu Bernard Pares, pioneiro dos estudos da Revolução Russa na Grã-Bretanha), o papel decisivo dos líderes políticos que enfrentaram as massas; os historiadores liberais não veem na tomada do poder pelos Bolcheviques em Outubro de 1917 nada mais que um Golpe militar obtido por uma inteligente conspiração tecida no país por um punhado de fanáticos doutrinados destituídos de qualquer assento real no país.

Rejeitando as interpretações soviéticas e liberais, uma terceira linha historiográfica tentou mostrar que “a Revolução de Outubro de 1917 poderia ter sido de uma só vez um movimento de massa, porém, com um pequeno número de aderentes” (FERRO). Descrita como “revisionista”, esta corrente surgiu nos anos 1960-1970 nos EUA em contraposição à escola liberal dominante, agrupada em torno de seus “pais fundadores”, Leopold Haimson e Reginald Zelnik. Congrega historiadores sociais sedentos por analisar os processos revolucionários vistos a partir de seus níveis mais “terrenos” e do “baixo” e não “de cima”. Procuraram destacar as muitas instituições nascidas no decorrer das revoluções de 1917 (comitês, soviets, guardas vermelhos) e, também, as representações populares com múltiplas formas de “fazer política”, em quartéis, nas fábricas, nas aldeias, na periferia do Império Russo “tomada pela revolução”. Há cerca de uns quarenta anos, os historiadores “revisionistas” contribuíram grandemente para abalar as linhas congeladas e divergentes entre a historiografia soviética e a historiografia liberal.

A quarta corrente que está emergindo entre historiadores de língua inglesa (especialmente estadunidenses), que se pode descrever (embora não goste desse termo que não significa muito) de “Pós-Moderna”, defende uma abordagem mais ampla e mais longa para as Revoluções Russas: colocar essas revoluções em uma perspectiva mais global da crise de civilização aberta pela Primeira Guerra Mundial, considerando-se a vasta dimensão do Império Russo. Situar 1917 num “continuum de crises” (Peter Holquist, autor de *Making War, Forging Revolution: Russia's*



*Continuum Crisis*, 1914-1921) e na sua dimensão imperial europeia (Joshua Sanborn, escritor de *Imperial Apocalypse. The Great War and the Destruction of the Russian Empire*). Os anos 1917-1918 foram marcados pela queda dos grandes impérios europeus (Rússia, Áustria-Hungria, Alemanha, Império Otomano).

Rapidamente esboçadas, eis as principais tendências historiográficas que marcam esta história.

Trago agora alguns tópicos importantes para o debate. Desenvolverei aqui cinco.

O primeiro, clássico, gira em torno das causas da Revolução (cf. *Historiografia de 1789*), ou seja, analisando a situação do Império Russo durante seus últimos anos de existência ou, mais especificamente, o “caminho russo de desenvolvimento”. Por que a autocracia russa, sistema político vigente durante vários séculos, desmoronou repentinamente em fevereiro de 1917?

De acordo com a historiografia liberal, exposta desde 1921 pelo historiador Pavel Miliukov, um dos fundadores do Partido Democrático Constitucional e ministro das Relações Exteriores do primeiro governo provisório (março-abril de 1917), na obra *Histoire de la seconde révolution russe*<sup>1</sup>, sistema de análise amplamente retomado até os anos 1990 pelo historiador americano Richard Pipes<sup>2</sup>, a primeira Revolução, a de 1905, permitiu à sociedade russa conduzir com sucesso a sua ‘experiência constitucional’, criando um esboço de Parlamento, a Duma, primeiro passo para um regime democrático. Além disso, entre 1905 e 1914, a Rússia engajou-se resolutamente rumo à rápida e espetacular modernização, graças ao forte crescimento econômico, à promessa de um aumento no padrão de vida das camadas populares, progressos espetaculares na educação das “massas”, possibilitado pela escolarização primária obrigatória e pelas reformas ousadas do primeiro-ministro Piotr Stolypin (nomeado em julho de 1906, permanecendo neste posto até seu assassinato em setembro de 1911), que visavam dismantelar o sistema tradicional da comuna camponesa, baseada em uma redistribuição periódica de terras, a fim de criar um campesinato proprietário de pequenas propriedades de terra. Na perspectiva liberal, resolutamente otimista, faltou apenas tempo para Rússia converter-se, sem muita dificuldade, de um regime híbrido, semi-autocrático e semi-constitucional, para uma verdadeira monarquia constitucional, ou mesmo uma democracia parlamentar. Apenas a Primeira Guerra Mundial, um lamentável

---

<sup>1</sup> Indisponível em português (N.T.).

<sup>2</sup> PIPES, Richard. *História Concisa da Revolução Russa*. São Paulo: Record, 1997 (N.T.).



“acidente” da História, interrompeu a marcha da Rússia em direção à modernidade e à convergência com as democracias ocidentais, favorecendo *definitivamente* a tomada do poder pelos bolcheviques, um punhado de revolucionários fanáticos, mas disciplinados, desprovidos de qualquer base social real no país.

De modo inverso, o sistema interpretativo de inspiração marxista, desenvolvido principalmente por historiadores soviéticos, destacou a inevitabilidade do “*zakonomernyi*” (“conforme as leis” da História) das “três revoluções russas” que se sucederam de 1905 a outubro de 1917. O primeiro foi uma revolução burguesa abortada, no curso da qual o proletariado operário, liderado pelo Partido Bolchevique conseguiu realizar uma espécie de “representação geral” da Revolução de Outubro 1917. Após o massacre daquela revolução burguesa, seguiu-se um período de repressão do movimento operário que resultou numa queda, temporária, no número de grevistas e no aparente refluxo do movimento operário. Todavia, na realidade, o proletariado operário preparava-se, durante estes anos (1907-1912), sob a liderança do Partido Bolchevique, para a retomada da “luta de classes”, enquanto a crise do imperialismo russo agravava-se. A explosão do número de grevistas na primeira metade de 1914 (destacada em importante estudo do historiador americano Leopold Haimson publicado em 1965) expôs, às vésperas da entrada da Rússia na Grande Guerra, a inevitável crise do regime autocrático russo e de seu sistema econômico e social.

A partir dos anos 1970-1980, muitos trabalhos de historiadores<sup>1</sup> abrangendo tanto a história política, quanto a história econômica e social da Rússia no início do século XX minaram esses dois grandes modelos interpretativos, o liberal e o marxista. Demonstrou-se notadamente o fracasso do famoso “experimento constitucional” tão alardeado pelos historiadores da escola liberal, tentativa inédita e inapropriada de cunhar uma forma constitucional em um regime autocrático. Após deixar momentaneamente de lado a ideia de “revolução multiclasse” (MALIA) de 1905, explicitando particularmente a criação de uma assembleia eleita por sufrágio indireto, a Duma, cujos poderes eram muito limitados (nenhuma iniciativa legislativa, qualquer gerenciamento do calendário de sessões parlamentares, decididas pelo czar, não responsabilidade de Ministros perante a Duma), Nicolau II cassou rapidamente suas retraídas concessões, modificando a lei eleitoral (assim, na 3ª Duma, eleita no final de 1907, após a rápida dissolução da 1ª e 2ª Douma, composta majoritariamente pela oposição liberal e socialista, reunindo grandes latifundiários formando uma ‘primeira cúria urbana’, composta por menos de 1% da

---

<sup>1</sup> Cf. Referências no fim do artigo (N.A.).



população e constituindo dois terços de todo colégio eleitoral), restringindo ainda mais as escassas prerrogativas desta assembleia, convencido de que qualquer atentado ao princípio autocrático do qual ele era o depositário era uma forma de negação, traição de sua missão de “Soberano Autocrata de todas as Rússias”. Por conseguinte, 1907 não constituiu um retrocesso a 1904. Uma “revolução dos ânimos” que “foi além do regime existente”, como disse o ministro Sergei Witte, havia nesse meio tempo: noções e ideias que mal tinham saído do restrito círculo de intelectuais progressistas, tais como sufrágio universal, assembleia constituinte, liberdades individuais, adquiriram, em poucos meses, uma popularidade formidável entre os mais diversos círculos do país. Num país verdadeiramente desperto para a vida política, a autocracia odiada por uma parte da opinião pública, deixou de ser a única referência e o único horizonte político. As novas Instituições, ainda que fossem efêmeras, como os soviets, forma autenticamente revolucionária de representação direta do mundo do trabalho, raiaram. Os liberais, que surgiram em 1905, pareciam ser os principais beneficiários deste despertar político não conseguiram, todavia, diante da resistências autocrática, fazer prevalecer sua concepção de uma Revolução Liberal e Parlamentar, capaz de conduzir pacificamente o país a um caminho constitucional e democrático. Ao mesmo tempo, sem nunca haver possuído qualquer poder real, os liberais, majoritários nas duas primeiras Doumas, tinham estado próximos o suficiente do poder para logo cair em descrédito aos olhos das camadas populares cuja liderança não tiveram êxito em conduzir, pois viviam amedrontados pela violência da rua, permitindo, assim, a influência de outras correntes de ideias, especialmente socialistas. Em suma, a opção liberal já fora usada muito antes de fevereiro de 1917.

A “marcha da Rússia rumo à modernidade”, outro tema caro aos historiadores liberais, também tem sido fortemente questionada. A Reforma Agrária de Stolypin não solucionou a questão agrária, sempre explosiva. Ocorreu uma breve calmaria, consecutivamente à dura repressão ao movimento camponês em 1906-1907, que retorna com distúrbios camponeses a partir de 1910. Quando ocorreu, principalmente nas regiões periféricas, ocidentais e meridionais da Rússia, o desmantelamento da Comuna Camponesa, não consolidou, nem reagrupou ou aumentou os rendimentos. Apenas uma minoria de agricultores (somente 10%) recebeu um lote consolidado, passo decisivo que, por si só, transformou o agricultor camponês num verdadeiro pequeno proprietário, dono de uma exploração viável. Nas regiões agrícolas mais densamente povoadas da Rússia central, a fome por terra e o ódio ao latifundiário permaneceram sempre vivos. Além disso, Stolypin negligenciou totalmente a questão operária. Como havia demonstrado o exemplo





prussiano, para ter sucesso, uma política conservadora esclarecida, deveria combinar, de uma só vez, a repressão aos partidos políticos revolucionários, bem como esforço social em favor dos trabalhadores. Na Rússia, entretanto, estes anos de forte crescimento econômico, além de não melhorar o padrão de vida dos operários, manteve as condições de trabalho muito difíceis (60 horas de trabalho por semana, muitos acidentes de trabalho, pouca ou nenhuma remuneração, moradias miseráveis e insalubres, aumento das taxas e ritmos de trabalho, relatórios frequentes de relações violentas entre os capatazes e trabalhadores) e a legislação social reticente. Embora permitidos localmente, os sindicatos eram, na realidade, controlados rigorosamente com agentes da polícia infiltrados, não tendo, conseqüentemente, a confiança por parte dos operários. Em suma, a política do regime czarista não permitiu o surgimento, como em outros países europeus, de um reformismo operário. Devido aos erros de Stolypine e, além dele, do regime czarista – uma política de ‘russificação’ excessiva, fundada em uma ideologia nacionalista, que só poderia trazer contra o regime as minorias sociais, que representavam mais de um terço da população do Império.

O sistema de interpretação marxista também foi tão mal aplicado quanto àquele liberal. Ao aprofundar a história social da Rússia no início do século XX, concentrando-se na “história vista de baixo”, na cultura e nas representações políticas das várias camadas da sociedade, especialmente a do campesinato, que compunha mais de 80% da população do Império Russo, historiadores como T. Shanin, M. Raeff, D. Atkinson, V. Bonnell, E. Acton<sup>1</sup>, mostraram que havia tantas formas de violência social além da exploração capitalista, bem como outras fraturas na sociedade que opunham o proletariado e a burguesia. As duas mais importantes colocavam, de um lado, a divisão entre a Rússia urbana e dominante, e do outro a Rússia rural, politicamente dominada, isolada e apartada em suas estruturas locais e comunitárias. Existia ainda a divisão entre a Rússia central e as periferias do Império, povoadas por minorias nacionais. Outros historiadores, especialistas no mundo do trabalho, como L. Haimson, R. Zelnik, S. Smith, D. Koenker destacam, por sua vez, a diversidade da classe operária russa, as muitas facetas de suas lutas e seus compromissos políticos que não podem ser reduzidos a uma adequação simplista entre a classe operária e o bolchevismo. Finalmente, a ficção de um Partido Bolchevique monolítico e disciplinado “orientando as massas trabalhadoras” há muito tem sido demolida pelos estudos pioneiros de Alexander Rabinovitch e Robert Daniels.

---

<sup>1</sup> Cf. Referências ao final (N.A.).



Um segundo assunto “clássico” nos debates é o das razões do fracasso do Governo Provisório entre fevereiro e outubro de 1917.

Por que os “Homens de Fevereiro” falharam em sua tentativa de transformação democrática da Rússia? Esta interrogação está no centro de todas as memórias escritas no exílio dos grandes personagens, não bolcheviques, de 1917 como é o caso de Nikolai Sukhanov, Irakli Tseretelli, Viktor Chernov, Pavel Miliukov, Alexander Kerensky. Por que um governo que, em junho de 1917, gozou de inquestionável apoio popular (conforme evidenciado pela composição do 1º Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, largamente ocupado pelos socialistas moderados), falhou alguns meses depois?

Retomando inúmeras explicações que são apresentadas por esses líderes políticos que se tornaram os memorialistas de sua derrota, a historiografia liberal apresentou o idealismo e o amadorismo político dos “Homens de Fevereiro”, “bons oradores, mas nada entendendo sobre o funcionamento do Estado” (observar A.Ulam, sobre os líderes do partido constitucional-democrático) ou “doutrinários tendo apenas uma abordagem abstrata e livresca das realidades políticas [...], obcecados pela história das revoluções francesas de 1789 e 1848, e hipnotizados pelo medo de uma contrarrevolução militar” (ver L.Schapiro, sobre dirigentes socialistas moderados). Ao demitir imediatamente todos os governadores e vice-governadores das províncias, engrenagens essenciais da máquina burocrática, desde o início os liberais “favoreceram a anarquia após séculos de servidão” (PIPES). Não foram capazes de explorar, em março-abril de 1917, a onda de nacionalismo e patriotismo entre os soldados para arrancar pela raiz o “derrotismo” dos bolcheviques e explorar ao seu favor as tensões, desta vez reais, entre lutadores e os operários grevistas. Outro erro frequentemente citado: a autorização acordada com os combatentes na Declaração dos Direitos dos Soldados de 11 de maio de 1917 (assinada pelo Ministro da Guerra Kerensky) permitindo-lhes aderir a uma organização política. Dois meses após a promulgação da Ordem n.º. 1 instituindo os comitês de soldados, esta medida acelerará a decomposição do exército como força combatente organizada pela obediência a ordens militares e, pior, como força repressiva de distúrbios sociais, especialmente no campo, entregue ao caos. Além da fraqueza de um governo relutante e impotente para afirmar a sua autoridade recorrendo ao uso da força, a historiografia liberal enfatizou a profunda divisão dos socialistas moderados, os mencheviques e os social-revolucionários, confrontados cada um com a ascensão de uma ala radical (“Mencheviques-Internacionalistas” e “SR de esquerda”) rejeitando a transformação de seu partido em um “partido do governo”. A recusa, após o fracasso do golpe de Kornilov, de



maioria socialistas moderada rompe a aliança concluída no início de maio de 1917 com os liberais do partido democrático-constitucional cada vez mais preocupado com a ordem e a manutenção, a qualquer custo, sob a política controversa do “derrotismo revolucionário” (que importava em continuar a guerra apesar das aspirações pela paz, cada vez mais claramente expressas, pelos soldados), também são considerados dois grandes erros políticos. Suas causas se encontrariam na crença obsessiva de uma “contrarrevolução” e a convicção de que qualquer paz em separado equivaleria a tornar a Rússia um satélite da Alemanha, e os socialistas russos uma presa fácil para a burguesia militarista alemã.

De acordo com a historiografia soviética, o fracasso do Governo Provisório é o da grande burguesia russa, representada pelo partido K-D (Constitucional-Democrata) e da média e pequena burguesia, representada pelos socialistas moderados. Obrigado a unir forças com estes no segundo e terceiro governos, o K-D permaneceu, de fevereiro a outubro de 1917, a força política dominante da coalizão, força que não parou de ‘se tornar direita’. Ao contrário dos historiadores da escola liberal, os historiadores soviéticos enfatizaram, não a fraqueza, mas sim a determinação do “governo burguês” de romper, com a ajuda do empresariado (que usa a arma do lock-out para inviabilizar as greves), o movimento operário, reprimindo com mais de 200 intervenções do exército, entre setembro e outubro, os camponeses que atacaram as grandes propriedades. Ligada ao imperialismo anglo-francês, a burguesia russa prosseguiu naturalmente a guerra, que era a sua razão de ser. Simples força extra, os “partidos pequeno-burgueses” (mencheviques e socialistas-revolucionários), não pararam, ao longo do ano de 1917, de hesitar entre a aliança com a burguesia e a aliança com o proletariado e os camponeses pobres, o que lhes condenou à impotência. Nesta época de intensas lutas de classes, a busca por um “meio termo” estava condenada ao fracasso.

Historiadores ‘revisionistas’ mostraram-se menos rigorosos na oposição aos socialistas moderados, recordando que seus líderes mais proeminentes, como Tsereteli, Skobelev e Chernov, foram homens políticos destacados, não “doces sonhadores”, mas ativistas revolucionários experientes e homens de ação. Em poucos meses, eles conseguiram lançar uma série de reformas estruturais que, se tivessem sido concluídas, teriam feito da Rússia um modelo à frente do progresso social e econômico. A ideia do líder socialista-revolucionário Chernov, Ministro da Agricultura, de transferir as terras confiscadas latifundiários aos comitês agrários controlados pelos camponeses para serem redistribuídas, poderia resolver a questão agrária (GILL); as medidas tomadas por Skobelev, Ministro Menchevique do Trabalho, no campo da legislação social, lançaram as bases para o genuíno



reformismo operário (SMITH). Mais difícil de colocar em prática no contexto russo de 1917, os projetos dos economistas mencheviques liderados por Groman sobre uma “regulação estatal da economia” trouxeram soluções inovadoras para a crise nas trocas entre cidades e o meio rural. Para os historiadores revisionistas, os dirigentes do K-D, que sistematicamente bloquearam ou impossibilitaram as principais reformas propostas pelos socialistas moderados, têm uma responsabilidade esmagadora pelo fracasso dos governos provisórios. No entanto, os líderes mencheviques e social-revolucionários também deram prova, entre julho a agosto de 1917, de grande miopia política, recusando-se a ver o “direitismo” progressivo do K-D e em tomar medidas diante a impaciência legítima de massas, privilegiando como interlocutores os membros dos aparelhos (Comitês Executivos) dos soviets e outras instituições surgidas da Revolução de Fevereiro ignorando, soberbamente, a “base”, uma “base” que se radicalizou rapidamente, em um clima de crescente violência social.

A questão da violência, uma violência ‘russa’, herdeira de uma longa história ‘específica’, ou mesmo a natureza peculiar do ‘homem russo’ uma ‘violência de classes’ favorecida por um novo discurso político que colocava em destaque a ‘luta de classes’, passando ao centro de um terceiro grande debate historiográfico sobre 1917.

Apontando para a capacidade da propaganda bolchevique em relação às massas politicamente imaturas, a historiografia liberal enfatiza o caráter cego, primitivo, enraizado nas tradições camponesas do *bunt* (revolta, insurreições), na violência das multidões urbanas e rurais em 1917. Um livro recente do historiador russo Vladimir Bouldakov, *Krasnaia Smouta (O caos vermelho)*<sup>1</sup> foi mais longe nesse sentido, desenvolvendo a ideia de que a Revolução de 1917 revelou o “material genético” do “*homo rossicus*”, material feito de violência, anarquia e “inaptidão nata para democracia”. “Lênin tinha apenas que escolher o poder [...], poder despedaçado, por multidões enfurecidas”. Na verdade, de uma forma menos caricatural, numerosos contemporâneos e lideranças políticas, não menos importantes, tal qual o grande escritor russo Maximo Gorky, próximo aos círculos socialistas, ou o histórico líder menchevique Yuri Martov, denunciaram na sua época “a explosão de instintos zoológicos”, a “violência dos soldados”, a “*essência* russa na qual a psicologia socialista não qualquer espaço”, a “guerra plebeia contra os

---

<sup>1</sup> Indisponível em português (N.T.).



privilégios” que trapaceou a revolução socialista, transformado-a em um “massacre de ódio, vingança e frustração”<sup>1</sup>.

Analisando em retrospectiva a derrota e o exílio, Yuri Martov concluiu que o fenômeno bolchevique era a expressão política da cultura de violência e de guerra da qual eram portadores em 1917, os camponeses-soldados. Diante da inundação selvagem dos “capotes cinzentos”, o proletariado russo não pesou a tradição da socialdemocracia russa, personificada, segundo ele, pelo menchevismo, que foi varrido, derrotado. A *stikhia* (força desenfreada, anárquica e incontável) camponesa e guerreira, arrastou tudo em seu caminho, mudando profundamente a situação política. O bolchevismo ganhou porque, se considerarmos sociologicamente, ele rompeu, com a família socialista e com suas raízes operárias.

Na esteira de Gorky (e, em menor extensão, Martov), o historiador Orlando Figes, autor da obra monumental *Revolução Russa 1891-1924: A tragédia de um povo*<sup>2</sup>, por sua vez, faz do ressentimento dos ‘*nizy*’ (massas populares) em relação aos ‘*verki*’ (classes superiores), a força motriz da guerra social e da violência de 1917 e a mola mais poderosa da propaganda e do sucesso dos bolcheviques.

Inversamente, a historiografia soviética celebra a consciência de classe que permitiu a trabalhadores pobres, a camponeses pobres e médios, como capazes de expressas legitimamente e fazer triunfar, de modo organizado, suas legítimas reivindicações através das organizações políticas que defendiam seus interesses de classe, dentre as quais, ocupando o primeiro lugar, o Partido Bolchevique.

Rejeitando essas duas tradições historiográficas, diversos historiadores sociais, chamados ‘revisionistas’ enfatizaram a especificidade, a coerência e a racionalidade política das reivindicações e ações realizadas, primeira e principalmente no nível local, por diferentes grupos, comunidades ou coletivos que entraram ‘em revolução’. Reivindicações e formas de ação listadas tanto em longo prazo, os acontecimentos revolucionários de 1905-1906 constituem referência e ainda presente aula de história e no curto prazo, o ano 1917. A conscientização política e o desenvolvimento revolucionário dessa ou daquela comunidade camponesa, dessa ou daquela empresa ou corporação de ofício, desse ou daquele regimento ou batalhão, se fizeram “não em função de palavras de ordem ou de propaganda vinda do exterior, nem em consequência de alguma explosão anárquica

---

<sup>1</sup> Cf. artigos de Máximo Gorki publicados em 1918-1918 no Jornal Novaia Jizn, onde era Editor. Estes artigos foram traduzidos e disponibilizados sob o título *Pensées intempestives*. Lausanne, L’Age d’Homme, 1975 (N. A.).

<sup>2</sup> FIGES, Orlando. *A tragédia de um Povo: a Revolução Russa, 1891-1924*. São Paulo: Record, 1999 (N.T.)



de violência, mas, por fim, de um esforço tanto desajeitado quanto admirável buscando assimilar e entender o que estava acontecendo” (SHANIN). Comprovadamente, o lento progresso, impermeável aos *slogans* dos partidos políticos e fortemente fundado no ritmo de trabalho agrário, a revolução camponesa; ou a progressão imprevisível e diversificada, dependendo do posicionamento da unidade, de sua proximidade ou distanciamento dos grandes centros urbanos, da intensidade dos combates e da ameaça representada pelo inimigo, das relações entre os oficiais e a tropa, a revolução para o exército; ainda a grande variedade de preferências partidárias do mundo operário: os mencheviques conservando, contra ventos e marés, suas posições conquistadas de 1905-1906, entre os ferroviários ou tipógrafos, ao passo que bolcheviques consolidam-se entre os trabalhadores das grandes usinas metalúrgicas e os socialistas-revolucionários sempre mantendo a confiança dos trabalhadores que labutavam na indústria de alimentícia.

Quarto assunto de debate: o caráter único e específico do Partido Bolchevique, grande ‘vencedor’ da revolução.

A historiografia soviética e a liberal deram, cada uma por razões diametralmente diferentes, ênfase à especificidade, à unidade, à disciplina e à organização monolítica do Partido Bolchevique em 1917. Para a primeira, o sucesso dos bolcheviques era devido ao fato de o partido representar ‘objetivamente’ os interesses da grande maioria da população – o proletariado operário, os camponeses pobres e médios -, como partido de vanguarda, de tipo inédito, de modo perfeitamente organizado, centralizado, ideologicamente homogêneo, segundo o sistema desenvolvido por Lenin, desde 1902, em *Que fazer?*<sup>1</sup>, texto fundador do bolchevismo.

Para a historiografia liberal, rejeitando qualquer ideia de uma adesão consciente das massas às ideias bolcheviques e insistindo, ao contrário, na imaturidade política das massas “intoxicadas pela esperança de uma idade de ouro” (SCHAPIRO), enfatizava, igualmente, a excepcional organização e disciplina sem falha dos bolcheviques, mestres antigos na arte do rapto dos soviets, da propaganda, da demagogia e do Golpe de Estado.

Na verdade, como mostram os historiadores ‘reversionistas’ Alexander Rabinowitch, Robert Daniels e Robert Service, o Partido Bolchevique em 1917, estava longe de ser uma organização monolítica, centralizada, disciplinada, máquina

---

<sup>1</sup> LENIN, Vladimir. *Que fazer? A organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Editora, 2006 (N.T.).



obediente a uma única linha política centralizada em Lenin. Tanto quanto os outros partidos, o Partido Bolchevique era atravessado por múltiplas correntes; era também um partido grandemente descentralizado, algo comprovado pela fraqueza do Secretariado do Comitê Central, responsável pelas relações com organizações locais do partido, composto de uma dezena de pessoas em tudo e para tudo. Era um partido “pega todos” (SERVICE) que atraiu ativistas e simpatizantes socialistas de todos os tipos: mencheviques, social-revolucionários e anarquistas. Recrutou também um grande número de recém-chegados na política, na sua maioria elementos populares, com pouca formação política, muito menos conhecedores da doutrina marxista, prontos, porém, para qualquer tipo de ação violenta para derrubar o “velho mundo” e construir um novo onde eles teriam o seu lugar. No final de julho de 1917, por ocasião do 6º congresso do partido, o relatório de atividades reconheceu que 90% dos cerca de 170.000 membros filiados do partido, aderiu após fevereiro. Em comparação com os anos antes da guerra, a proporção de intelectuais tinha diminuído consideravelmente com o afluxo de trabalhadores (65% dos novos membros) e camponeses ou, mais precisamente, de soldados-camponeses (mais de 30% dos novos membros). Após o fracasso do golpe de Kornilov, a enxurrada de aderentes (80.000 novos membros em setembro-outubro de 1917) acentuou ainda mais a “plebeização” do partido (FERRO).

A renovação maciça no recrutamento do partido bolchevique (fenômeno que causou impacto aos demais partidos) levou alguns historiadores a questionar o próprio sentido da adesão ao bolchevismo em 1917. Ao estudar o novo vocabulário político introduzido no campo russo em 1917, Orlando Figes mostrou que para muitos agricultores, os bolcheviques, até então completamente desconhecidos nas aldeias, foram muitas vezes comparados àqueles que desejavam “mais” (*bolche*, em russo), mais terra, mais liberdade. Allan Wildman, por sua vez, analisou sutilmente diferentes facetas do “bolchevismo de trincheiras”, dos soldados, inspirando-se, entre outras coisas, nas reflexões perspicazes daquela época, tais como do general Brusilov que escreveu: “Os soldados queriam a paz, para poder retornar às suas casas, quitar suas dívidas com os proprietários de terras, viver livremente sem pagar impostos, sem necessidade de se submeter a qualquer autoridade.”. Os soldados se voltaram paulatinamente aos bolcheviques, porque achavam que esta era a proposta destes. Não tinham ideia do significado do comunismo, a Internacional ou a divisão em classes. Por outro lado, imaginavam-se regressando aos seus lares, tendo a partilha de terras, tendo desaparecido todos os proprietários de terra, findando com os deveres e obrigações para com o Estado, a nação. Essa liberdade desimpedida, anárquica, era o significado de “bolchevismo” para eles.



Se a pluralidade de bolchevismos em 1917 resultava em força, gerava dentro de si as sementes dos embates a curto e médio prazo: conflito entre o “bolchevismo das trincheiras” dos soldados-camponeses e o bolchevismo dos intelectuais marxistas revolucionários no comando do aparato partidário, que eclodiu em 1918; foi o conflito latente entre este bolchevismo “patenteado” e o bolchevismo plebeu dos novos adeptos de origem popular que Stalin conseguiu a instrumentalizar em proveito próprio durante os anos 1930.

Chego ao quinto grande debate, o mais ‘clássico’, provavelmente, o mais conhecido: Outubro, Revolução ou Golpe?

Para a escola liberal trata-se, nem mais, nem menos, de um Golpe de Estado, uma conspiração militar organizada pelas mãos de Lênin e Trotsky. Para os historiadores marxistas e soviéticos, uma revolução proletária, solução inevitável do agravamento das lutas de classes dominadas e guiadas, do lado proletariado, pelo Partido Bolchevique, um tipo inédito de partido, novo na história.

De acordo com os historiadores ‘revisionistas’, Outubro foi tanto “um movimento revolucionário de massa quanto um golpe de Estado em que apenas um pequeno número participou” (FERRO). Análise à primeira vista paradoxal, mas que vou tentar explicar, porque penso ser o caminho certo.

A tomada do poder pelos bolcheviques em 25 de outubro de 1917 é um golpe de Estado cuidadosamente preparado. O papel pessoal de Lenin, tanto como idealizador como estrategista da tomada do poder, é decisivo. Lenin preparou todas as etapas para um golpe de Estado militar, que não poderia ser transbordado por uma insurreição inesperada das “massas”, nem impedido pelo “legalismo revolucionário” dos líderes bolcheviques, como Zinoviev ou Kamenev, que desejavam tomar o poder com maioria socialista e plural nos soviets.

Contudo, este golpe de Estado tem como pano de fundo uma vasta revolução social, multiforme e autônoma. Esta revolução se expressa de formas muito diferentes, uma grande ‘Jacquerie’<sup>1</sup>, movimento de fundo ancorado em uma longa história, marcado não somente pelo ódio do camponês, que se libertou havia duas gerações da servidão contra o proprietário terra e, também, por profunda desconfiança do campesinato em relação à cidade, o mundo exterior, contra qualquer forma de interferência do Estado; havia profunda decomposição do exército de milhões de camponeses-soldados exauridos por três anos de guerra; um movimento de protesto específico dos trabalhadores em torno de *slogans*

---

<sup>1</sup> Nome originário de uma insurreição camponesa ocorrida na França, século XIV, derivada da expressão ‘Jacques Bonhomme’, cujo significado em português seria ‘João Ninguém’, tendo, porém, o sentido paternalista e solidário, não depreciativo (N.T.).





revolucionários - controle operário e “poder dos soviets”; a questão da emancipação das nacionalidades e povos do antigo Império Russo. Cada um desses movimentos tem sua própria temporalidade, dinâmica interna, aspirações, que não podem ser reduzidas nem à propaganda bolchevique, nem à ação política deste partido. Durante 1917, esses movimentos atuaram como *forças diluentes* que contribuíram grandemente para a destruição das instituições e de todas as formas de autoridade. Durante um breve, mas decisivo momento, outubro de 1917, a ação dos bolcheviques, uma minoria política que atuou no vácuo institucional da conjuntura, está alinhada com as aspirações do maior número de pessoas. Porém, cada movimento, tem objetivos de médio e de longo prazo diferentes uns dos outros. Momentaneamente, golpe de estado político e revolução social convergente, ou, mais exatamente, interpenetram-se antes de divergirem para décadas de ditadura.

Concluindo, gostaria de ressaltar uma tendência recente na historiografia das Revoluções Russas de 1917, ilustrada nomeadamente por pesquisadores americanos como Peter Holquist, Joshua Michael Sandborn ou Reynold, ou britânica como Peter Gatrell ou Orlando Figs. Sua abordagem é para se inscrever em perspectiva comparativa, centrada nas periferias (para o Império Russo, margens ocidentais, Polônia e os países bálticos; margens do sul, Cáucaso ou Leste, o Turquestão), dos acontecimentos revolucionários russos na crise grandes impérios europeus. Sandborn fala de um processo de “decolonização” dentro do Império Russo a partir de 1914 (com o ressurgimento de identidades nacionais: judeus, poloneses, alemães, muçulmanos, armênios, georgianos, ucranianos, etc.). Holquist insiste, igualmente, na crise do Império. Crise, “apocalipse” imperial em um contexto de guerra total. Estes historiadores insistem no papel principal dos soldados na revolução, no papel principal dos deslocados e refugiados (mais de seis milhões) na desestabilização da sociedade muito antes de 17 de fevereiro (Peter Gatrell). Levando em conta, mais profundamente, os tremendos levantes gerados por um novo tipo de guerra contra um Império multiétnico e multicultural; estes são, para tais historiadores, novas maneiras de aprofundar nossa compreensão das revoluções russas de 1917 e ir além dos “velhos” debates entre “revisionistas”, “liberais” e “marxistas”.

Surge atualmente um quadro muito mais complexo e nuançado, não de um processo acidental ou de um processo de três etapas, mas, como escreve Orlando Figs,



[...] revoluções que explodiram no meio da Primeira Guerra Mundial e, através de uma reação em cadeia, desencadearam novas revoluções, guerras civis, étnicas e nacionais. Quando a reação terminou, deslocou, depois recompôs, um Império que cobria um sexto da superfície do globo<sup>1</sup>.

Inscriver “a erupção compacta” (FIGES) de 1917 no coração da Grande Guerra; levar em conta a dimensão imperial e até colonizadora do Império Russo; esforçar-se por analisar não uma única revolução política, mas uma multiplicidade de revoluções sociais e nacionais; abrir a perspectiva permitindo compreender os acontecimentos de 1917, iniciando a narrativa histórica no início dos anos 1890, quando ocorre a reação do povo russo para enfrentar a fome 1891, tal processo histórico colocou o povo pela primeira vez na via da conspiração contra a autocracia czarista, levando-a a termo nas guerras civis e nacionais em 1921-1922; tais são algumas das vias mais promissoras para renovar e aprofundar a história de 1917.

### Referências

#### Escola Liberal

KERENSKI, Alexandre. *La Révolution russe, 1917*, Paris, Payot, 1928.

MILIOUKOV, Pavel, *Istoria vtoroi russkoi revoliutsii* (Histoire de la Seconde révolution russe), Sofia, 1921.

PARES, Bernard. *The Fall of the Russian Empire*, London, 1939.

PIPES, Richard. *La révolution russe*, Paris, PUF, 1993.

SHAPIRO, Leonard. *Les révolutions russes de 1917. Les origines du communisme moderne*, Paris, 1987.

ULAM, Adam. *Russia's Failed Revolutions*, London, 1981.

#### Escola Maxista / Soviética

MINTS, Isaac. *Istoria Velikogo Oktiabria*. Moskva, 3 vol, 1967-1973.

VOLOBUEV, Pavel. *Proletariat i burzhazia Rossii. v 1917 g*, Moskva, 1967.

#### Escola Revisionista

ACTON, Edward. *Rethinking the Russian Revolution*, London, Arnold, 1990.

---

<sup>1</sup> FIGES, op. cit. (N.T.).



\_\_\_\_\_; CHERNIAEV, Viktor; ROSENBERG, William (eds). *Critical Companion to the Russian Revolution, 1914-1921*, London, Arnold, 1997.

FERRO, Marc. *La Révolution de 1917, t. 1, La chute du tsarisme et les origines d'Octobre*, Paris, Aubier-Montaigne, 1967 ; t.2, *Octobre, naissance d'une société*, Paris, Aubier-Montaigne, 1976.

HAIMSON, Leopold. *Russia's Revolutionary Experience, 1905-1917*, New York, Columbia UP, 2005.

ZELNIK, Reginald. *Workers and Intelligentsia in late Imperial Russia*, Berkeley, Cal. , 1999.

#### Historiadores "Pós-Modernos"

FIGES, Orlando. *A People's Tragedy. The Russian Revolution, 1891-1924*, London, Pimlico, 1996.

GATRELL, Peter. *A Whole Empire Walking. Refugees in Russia During World War I*, Bloomington, Indiana U.P., 1999.

HOLQUIST, Peter. *Making War. Forging Revolution. Russia's Continuum of Crisis, 1914-1921*. Cambridge (Mass) U.P., 2002.

REYNOLD, Michael. *Shattering Empire : The Clash and Collapse of the Ottoman and Russian Empire, 1908-1918*, Princeton, NJ, U.P., 2011.

SANDBORN, Joshua. *Imperial Apocalypse. The Great War and the Destruction of the Russian Empire*, Oxford U.P., 2014.

SMITH, Steven. *Russia in Revolution: An Empire in Crisis, 1890-1928*. Oxford University Press, 2017.

#### Debates sobre os caminhos de desenvolvimento do Império Russo

##### antes de 1914

*Historiadores citados, além dos já mencionados na apresentação geral das correntes historiográficas*

ATKISON, Dorothy. *The End of the Russian Land Commune, 1905-1930*. Stanford, Cal. , 1983.

BONNEL, Victoria. *Roots of Rebellion: Workers' Politics and Organizations in St Petersburg and Moscow, 1900-1914*. Berkeley, Cal., 1983.

KOENKER, Diane. *Moscow Workers and the 1917 Revolution*. Princeton University Press, 1981.

RAEFF, Marc. *Comprendre l'Ancien Régime russe. Etat et société en Russie impériale*. Paris, Seuil, 1982.

SHANIN, Teodor. *Russia 1905-1907. Revolution as a Moment of Truth*. 2 vol, New Haven, Yale U.P, 1985, 1986.

SMITH, Stephen. *Red Petrograd. Revolution in the Factories, 1917- 1918*. Cambridge, Mass, 1983.



Debates acerca das falhas do(s) Governo(s) Provisório(s)

GILL, George. *Peasants and Government in the Russian Revolution*. London, 1979.

KERENSKI, Alexandre. *La Révolution russe, 1917*. Paris, Payot, 1928.

\_\_\_\_\_. *La Russie au tournant de l'histoire*. Paris, Plon, 1967.

MILIOUKOV, Pavel. *Istoria vtoroi russkoi revoliutsii* (Histoire de la Seconde révolution russe). Sofia, 1921.

SHAPIRO, Leonard. *Les révolutions russes de 1917*. Les origines du communisme moderne. Paris, 1987.

SOUKHANOV, Nicolas. *La Révolution russe, 1917*. Paris, Stock, 1965.

TSERETELLI, Irakli. *Souvenirs de la révolution de 1917*. Paris, EHESS, 1963.

ULAM, Adam. *Russia's Failed Revolutions*. London, 1981

Debates sobre a questão da violência

BOULDAKOV, Vladimir. *Krasnaia Smuta* (Le chaos rouge). Moskva, Rosspen, 2010.

FIGES, Orlando. *A People's Tragedy*. The Russian Revolution, 1891-1924. London, Pimlico, 1996.

GORKI, Maxime. *Pensées intempêtes, 1917-1918*. Lausanne, L'Âge d'Homme, 1975.

Debates relacionados à unidade ou à diversidade do Partido Bolchevique

DANIELS, Robert. *Red October*. The Bolshevik Revolution of 1917. London, 1967.

RABINOWITCH, Alexander. *Prelude to Revolution: the Petrograd Bolsheviks and the July 1917 Uprising*. Bloomington, Indiana U.P., 1968.

\_\_\_\_\_. *The Bolsheviks Come to Power: the Revolution of 1917 in Petrograd*. New York, Norton, 1976.

SERVICE, Robert. *The Bolshevik Party in Revolution*. A Study in Organizational Change, 1917-1923. London, Arnold, 1979.

Debates sobre Outubro de 1917 : Golpe de Estado ou Revolução

FERRO, Marc. *La Révolution de 1917*. La chute du tsarisme et les origines d'Octobre. Tome 1. Paris, Aubier-Montaigne, 1967 .

\_\_\_\_\_. *Octobre, naissance d'une société*. Tome 2. Paris, Aubier-Montaigne, 1976.

PIPES, Richard. *La révolution russe*, Paris, PUF, 1993.



SHAPIRO, Leonard. *Les révolutions russes de 1917*. Les origines du communisme moderne. Paris, 1987.

ULAM, Adam. *Russia's Failed Revolutions*. London, 1981